



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 8, v. 1 nov.2017-abr. 2018

p. 307-324.

O “entre-lugar” das trans nas escolas

Fernando Guimarães Oliveira da Silva¹

Eliane Rose Maio²

RESUMO: O presente estudo aponta incursões pela fronteira do in/dizível, da in/visibilidade e da a/normalidade. Classificamos assim porque a questão transgênero, mais do que na escola, mas em elevado potencial na sociedade, é cotidianamente marcada por práticas de ódio, discriminação e violência. Movimentado/a pelo desejo de um mundo em que cada pessoa possa avivar a potência identitária de si, objetivamos problematizar, a partir do conceito de “entre-lugar”, de Homi Bhabha (1998), o deslocamento da heterossexualidade do centro da sexualidade “normal” para compreender que, em especial na escola, como lócus de pesquisa, coexistem diferentes modos identitários de performar o gênero e a sexualidade. Para dar consecução às discussões neste ensaio, nossa pesquisa pautou-se em explorar, utilizando o recurso bibliográfico, e compreender como ocorre a articulação entre o “entre-lugar” e a questão das estudantes transgêneras. Como conclusão, acreditamos na escola como um “entre-lugar” que produz deslocamentos significativos por meio de aprendizagens de que somos uma potência viva produzida e negociada numa multiplicidade desconcertante sobre diferentes modos de ser e estar, normativos ou renovados

PALAVRAS-CHAVE: Entre-lugar; Trans; Escola.

Abstract: The present study points to incursions into the border of the un/speakable, the in/visibility and the ab/normality. We classify this way because the transgender question, more than in school, but in high potential in society, is daily marked by practices of hate, discrimination and violence. Driven by the desire for a world where each person can enliven the identity power of self, we aim to problematize, from the Homi Bhabha's (1998) concept of “in-between space”, the displacement of heterosexuality from the center of normal sexuality, in order to understand that, especially in school as a research locus, different identitarian ways of performing gender and sexuality coexist. In order to achieve the discussions in this essay, our research was based on exploring, by using the bibliographic resource, and understanding how the articulation between the “in-between space” and the question of transgender students occurs. We believe in the school as an “in-between space” that produces significant displacements through learning that we are a living power produced and negotiated in a perplexing multiplicity about different ways of being, normative or renewed.

Keywords: In-between place; Trans; School.

Resumén: El presente estudio apunta incursiones por la frontera del in/decible, de la in/visibilidad y de la a/normalidad. Por lo tanto, la cuestión transgénero, más que en la escuela, pero en un elevado potencial en la sociedad, es cotidianamente marcada por prácticas de odio, discriminación y violencia. Movido/a por el deseo de un mundo donde cada persona pueda avivar la potencia identitaria de sí, objetivamos problematizar, a partir del concepto de “entre-lugar”, de Homi Bhabha (1998), el desplazamiento de la heterossexualidad del centro de la

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor Universitário em Três Lagoas/MS e Coordenador do CRAS junto à Prefeitura Municipal de Ilha Solteira/SP. Integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual (NUDISEX). E-mail: fernando.ufms@hotmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Araraquara). Professora do Programa de Pós Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual (NUDISEX). E-mail: elianerosemaio@yahoo.com.br.

Recebido em 24/06/17

Aceito em 29/10/17



PERIÓDICUS

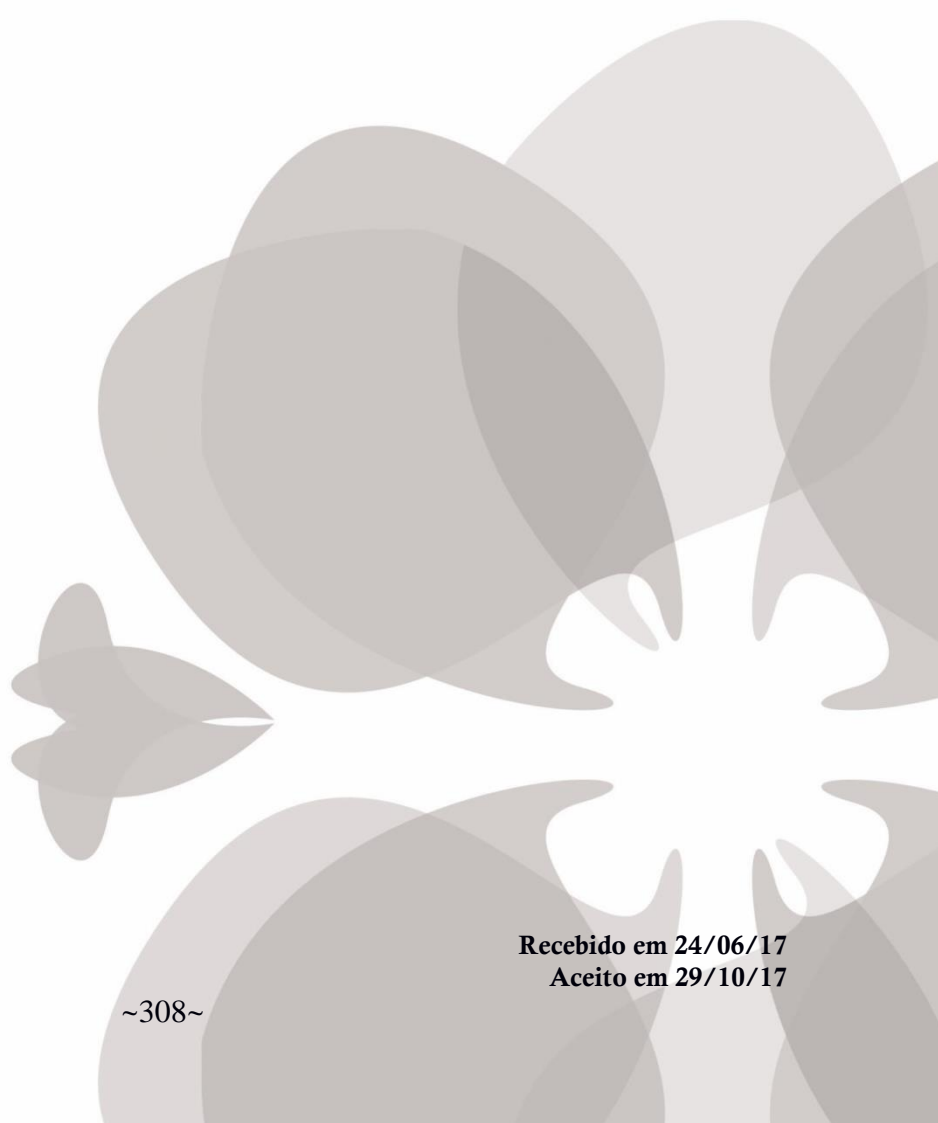
ISSN: 2358-0844

n. 8, v. I nov.2017-abr. 2018

p. 307-324.

sexualidad “normal” para comprender que, en especial en la escuela, como locus de investigación, coexisten diferentes modos identitarios de realizar el género y la sexualidad. Para realizar las discusiones en este ensayo, nuestra investigación se basó en explorar, utilizando el recurso bibliográfico, y comprender cómo ocurre la articulación entre el “entre-lugar” y la cuestión de las estudiantes transgéneros. Como conclusión, creemos en la escuela como un “entre-lugar” que produce desplazamientos significativos por medio de aprendizajes de que somos una potencia viva producida y negociada en una multiplicidad desconcertante sobre diferentes modos de ser y estar, normativos o renovados.

Palabras clave: Entre-lugar; Trans; Escuela.



Recebido em 24/06/17
Aceito em 29/10/17

1. Introdução

Na introdução à renomada obra de Zygmunt Bauman, *Identidade*, Benedetto Vecchi infere que os principais diálogos feitos, via e-mail com o autor, o levaram a compreendê-lo com uma abordagem bastante eclética, cuja metodologia utilizada busca “revelar a miríade de conexões entre o objeto da investigação e outras manifestações da vida na sociedade humana” (VECCHI, 2005, p. 8). A modernidade líquida é um tema caro às suas pesquisas, ela esvazia certezas passadas e causa sensações de desorientação, insegurança e ilusão de permanência em algumas identidades normativas que as pessoas projetam para suas vidas. As pessoas, então, vivem momentos de (des)identificação, uma transformação contínua das representações de si com fundamento na natureza intangível e ambivalente. Bauman atribui aos movimentos da globalização, os efeitos irreversíveis da “grande transformação” que afetou as estruturas estatais, as condições de trabalho, as relações entre os Estados, a subjetividade coletiva, a produção cultural, a vida cotidiana e as relações entre o eu e o outro (VECCHI, 2005, p. 11).

Com fundamento no conceito de identidade de Bauman (2005), é preciso lembrar que a escola representou – e ainda pode ser que representa – um local em que existem práticas que solidificam identidades sociais. É o caso, por exemplo, de crianças e adolescentes que expressam demarcadores sociais instituídos para o gênero oposto àquele que a sociedade acredita estar inscrito no seu órgão genital. Questões como esta levaram o autor a afirmar que as sociedades modernas institucionalizavam, por meio de convenções sociais, o destino-fim dos corpos e comportamentos considerados normais.

Para além das identidades sociais estáveis solidificadas no mundo moderno, Bauman (2005) persiste com a afirmativa de que é preciso (des)colonizar as identidades sociais e entendê-las como pertencentes a constantes mudanças resultantes dos processos sociais mais amplos que asseguram condições de re/definição e re/invenção de suas expressões. Define Bauman (2005, p. 22) que a “fragilidade e a condição eternamente provisória da identidade não podem mais ser ocultadas. O segredo foi revelado. Mas esse é um fato novo, muito recente”. Dialogar proficuamente com a escola enquanto um espaço para além da imposição de um estar normativo requer produzir deslocamentos reflexivos que convidam a descentrar-se de práticas altamente normatizantes, implica problematizar espaços de (des)identificações de um outro lugar anunciados pelos tensionamentos que a presença de estudantes transgêneros/as provocam nas escolas. Na proposta de produzir positivities em diferentes modos de se apresentar identitariamente para/na/pela escola,



nosso estudo utiliza o conceito de “entre-lugar”, de Homi Bhabha (1998), para compreender como as diferenças entre os modos de fixação (heteronorma) e subversão (transgeneridades) coexistem nas relações de negociação entre o velho o novo.

Dada a consecução dos objetivos, problematizamos um conjunto de discussões que permeiam os recursos analíticos dos estudos culturais com a proposta de fortalecer a representatividade de mulheres trans³ (travestis e transexuais) nas escolas. Instados a provocar discussões sobre o assunto, por meio da pesquisa exploratória com o recurso da revisão de literatura, queremos desestabilizar essencialismos e entender as negociações entre imposições e novas possibilidades identitárias que emergem na escola e produzem questionamentos, contestações e deslocamentos dos centros de explicações: as transgeneridades em sociedade, que se distanciam de normas padrões de referência.

Com a ideia de “entre-lugar”, temos o propósito de assegurar um movimento ruptivo em que se reivindicam diferentes possibilidades em torno de um estar mais libertário na sociedade, nas escolas, nas famílias, enfim, em diferentes espaços. De certa maneira, acreditamos numa proposta de educação em que as diversidades de sujeitos sejam proporcionais aos seus acessos e oportunidades. Um estar mais inventivo representa este desejo; com isso, ele alia-se também a respeito, justiça e equidade que, cotidianamente, cada vez mais se distancia da vida de pessoas trans.

2. O(s) lugar(es) das trans, ou onde está(ão) o(s) lugar(es) das trans?

O que seria o lugar das trans? E se ele for problematizado na escola? Queremos, com estas reflexões, levar o/a leitor/a a refletir e, talvez, reconduzir os processos estigmatizantes que cotidianamente permeiam as experiências trans. Nossas ponderações entrecruzaram diferentes pesquisas, ora divagando, ora incisivamente demonstrando aquelas que denunciam experiências que foram/estão desagregadas da escola por conta das diferentes expressões: atitudes, corpos, práticas, entre outras, que elas produzem em si. Não há, em momento algum, discordância com os/as autores/as, mas o/a leitor/a verá contestações que conclamam a potência de vida existente nelas, e que são constantemente eliminadas.

³ Utilizamos o conceito de Aimar Suess (2010, p. 29), ao dizer que as/os trans se referem “a todas as pessoas que elegeram uma identidade ou expressão de gênero diferente da atribuída ao nascer, incluindo pessoas transexuais, transgêneros, travestis, *cross dressers*, não gêneros, multigêneros, de gênero fluído, gênero queer e outras autodenominações relacionadas”.



A pesquisa de Marina Reidel (2013) confirma o descomprometimento das escolas com a questão de identidades sociais que se distanciam das normas. Nesse aspecto, não há acolhimento nem tampouco a elaboração de meios de produzir percursos formativos mais igualitários e equânimes. Com essa prática, a autora afirma que: “se a escola tradicional não as ensinou, elas aprenderam o resto na escola da vida” (REIDEL, 2013, p. 65).

Podemos afirmar que, ao iniciarem os processos de transformação dos corpos e comportamentos, as trans causam certo estranhamento nas relações que produzem no contexto familiar e dos outros espaços dos quais participam. Elas se arriscam a ultrapassar as fronteiras culturalmente criadas em relação aos gêneros, subvertem a convenção social da identidade de gênero aliada ao sexo, inscrevendo em si uma diferença negativada. Problematizações dessa ordem fazem parte do que nos dispusemos a investigar.

Destarte, falar sobre perspectivas contidas na história do atendimento educacional brasileiro à diversidade sexual e de gênero nos faz aterrissar em uma seara em que os trânsitos ocorrem de modo bastante complexo e permeado de defesas políticas. De um lado, tais perspectivas defendem a posição de que a escola não é um local para tratar de questões próprias das sociabilidades de seus/suas estudantes, pois esse assunto seria de foro íntimo das famílias e, dentre outras im/possibilidades, retroalimentado em relações de poder entre governos extremamente conservadores (PENNA, 2015).

Em publicação do Centro Latino-Americano em Sexualidades e Direitos Humanos (CLAM), Berenice Bento (s/a) sugere, mesmo com dados estatísticos inexatos, nomear os assassinatos cometidos contra mulheres trans (travestis, transexuais e transgêneros) como *transfeminicídio*. Acredita a autora que o número de mortes registradas não se aproxima da realidade, uma vez que as redes sociais noticiam todos os dias que jovens travestis e transexuais são barbaramente torturadas e assassinadas. O transfeminicídio, segundo a autora, ocorre porque o feminino tem algo de contaminador, submisso e poluidor. Ela define o conceito como “uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população trans no Brasil, motivada pelo ódio e nojo” (BENTO, s/a, p. 1). Conhecidas essas questões, por meio das quais a sociedade rejeita as pessoas trans, a escola seria um ambiente que poderia contribuir para re/definir rumos para a presente problemática que violentamente atravessa suas vidas?

Buscando por respostas na perspectiva da educação, Rogério Junqueira (2009) destaca que as discussões que envolvem as transgeneridades ainda estão silenciadas nas políticas curriculares



lançadas nas escolas, em especial quanto aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (BRASIL, 1997) no volume sobre os temas transversais de orientação sexual. Acrescenta-se a isso o fato de que “certas mentes bem-pensantes se arriscam a externar oposição à adoção de medidas educacionais antidiscriminatórias e promotoras da diversidade sexual” (JUNQUEIRA, 2009, p. 174-175). Por mais hierarquizante, sexista e denegada que seja a proposta de educação, existem trans na escola. Sua presença provoca deslocamentos diversos de um centro de práticas docentes conservadoras para promover o acesso sem limitações e posturas que desrespeitam a multiplicidade de manifestações femininas ou masculinas que elas produzem em suas identidades.

Para dar emergência ao estudo, Neil Franco e Graça Cicillini (2016) apresentam um ensaio que trata de uma pesquisa do estado da arte realizada entre os anos de 2008 e 2014. Os autores pesquisaram no *Google Acadêmico* e no *Google Geral* produções (artigos, dissertações e teses) sobre travestis, transexuais e educação, a fim de produzir um quadro geral de como a pesquisa em educação tem tratado dessas relações. Dividiram as análises em duas partes: a primeira refere-se aos artigos produzidos e a segunda às dissertações e teses defendidas. Concluíram sobre a primeira parte:

De acordo com esses estudos podemos situar a exclusão, a vulnerabilidade, o preconceito, a discriminação e o desrespeito aos direitos da pessoa humana como as dimensões que, com raras exceções, determinam a presença de pessoas trans na escola mesmo antecedendo seu processo de transformação, aspecto relatado por vários dos sujeitos que integraram esses estudos narrando suas vivências no contexto escolar (FRANCO; CICILLINI, 2016, p. 129).

Confirmam, nos artigos encontrados, que as experiências trans nas escolas têm sido materializadas em conflitos contínuos e incapazes de se configurar numa proposta de adequação à escola para receber essas adolescentes. Elas são vistas como desrespeitadores/as ou transgressores/as das normas de gêneros, o que justificaria o merecimento da violência.

No que se refere às pesquisas em dissertações e teses, os autores assumiram que as pesquisas se dividem para compreender como convivem transgeneridades discentes e docentes. Encontraram um terreno farto de discussões que envolvem a transexualidade masculina e o universo lésbico, uma vez que as produções sobre esses temas ainda são incipientes (FRANCO; CICILLINI, 2016).

Isso intensificou a preocupação com o espaço que as trans têm na sociedade e na escola. Os lugares que elas ocupam nas relações sociais as tornam reféns das condições massacrantes – normalidades e anormalidades em instituições sociais – que as definem com uma diferença negativada. Os processos de negociação entre identidades normativas (heterossexuais) e identidades renovadas (transgêneros) aquecem o espaço da escola. Nem sempre a multiplicidade de expressões



produzidas pelas estudantes trans condiz com os regimes de verdade que balizam os movimentos do dizível e do indizível, normal e anormal, visível e invisível que atravessam a comunidade escolar.

Franco e Cicillini (2016, p. 135) concluem que, dentre as discussões que envolvem pessoas LGBTQs nas escolas, as travestis e transexuais são as “que permanecem historicamente como o segmento social mais exposto às mais variadas formas de vulnerabilidades e exclusão”. Às escolas adere-se um conjunto de possibilidades de conduzir esse processo na redefinição de práticas, políticas e teorias que as tornam mais próximas dos princípios de inclusão. Na tentativa de dar condições de entender esse processo, pensamos ser relevante problematizar os processos de identidade e articulá-los com as infinitas possibilidades de ser e estar nas escolas. Encontramos em Bauman (2005) que as identidades estão flutuantes nas nossas relações sociais. Algumas são de nossa própria escolha, mas outras são lançadas pelos outros, afirmando que “há uma ampla probabilidade de desentendimento, e o resultado da negociação permanece eternamente pendente” (BAUMAN, 2005, p. 19).

Há que se ressaltar que essa pendência não é vantagem para as estudantes trans, porque o nível de cobrança efetiva sobre normas e regras permeia as práticas da escola, colocando o seu envolvimento com as normas de referências em contínuo processo desvantajoso. O fato de desrespeitarem as regras sobre normalidade traz efeitos negativos aos seus corpos. Como exemplo poderíamos destacar a expulsão compelida dos processos de escolarização. Marina Reidel (2013, p. 64), por sua vez, acredita que tivemos avanços no reconhecimento do nome social e do uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero, mas ainda busca-se “[...] diminuir os altos índices de abandono e evasão das meninas da escola por conta do preconceito e discriminação”. A autora assinala que esse agravante se torna potente de exclusão quando, na luta pela sobrevivência, as trans não conseguem a entrada no mercado de trabalho formal, uma vez que a conclusão da escolarização não é completada no ensino fundamental. Acrescenta assim que “diversos fatores como a pressão, o estigma, o nome ou até mesmo o não saber lidar com essa pessoa, fazem com que a fuga da escola possa acontecer” (REIDEL, 2013, p. 64).

As estratégias de silenciamento que causam sua vulnerabilidade no contexto escolar as expõem dele e funcionam com o objetivo-fim de promover a manutenção da heteronorma. As várias dificuldades com as quais elas vivem por saírem do percurso da masculinidade padrão as tornam corpos corrigíveis e disciplináveis. Elas vivem com várias experiências de anulação e exclusão da escola, mergulham em cenas frequentes de desrespeito e intolerância naturalizadas no cotidiano escolar (REIDEL, 2013).



Arriscamos dizer que essa população pouco experimenta políticas públicas voltadas às suas necessidades, porque isso representaria aceitação dessa identidade por parte do Estado e de outras instituições que detêm redes amplas de poder. Talvez essa falta de atitude encontra explicação no fato de que o reconhecimento político dessa população poderia considerar uma suposta aceitação política. Por conta desse silêncio estatal frente à violência deliberada com que convivem pessoas trans em vários espaços, não encontramos ações efetivas na redução e prevenção das atitudes discriminatórias que se agravam em cenas de transfobias.

Se analisarmos que as políticas públicas objetivam ampliar serviços que geram maior efetividade aos direitos previstos, conforme assinalam Luiz Mello, Rezende Avelar e Daniela Maroja (2012), o fundamentalismo religioso no Brasil e na Câmara Legislativa se impõem contra programas, planos e projetos em diversas áreas para pessoas LGBT. Situações semelhantes também são fortemente pontuadas nas pesquisas de Fernando Penna (2015) sobre a questão da Escola Sem Partido (ESP), especialmente por se extinguirem discussões que envolvem sexo, gênero e sexualidade das práticas pedagógicas no ambiente escolar.

Na obra *Educação e juventude*, Bauman (2013) afirma que as práticas de conversão criadas no início da modernidade não adquirem tanta relevância na lida com pessoas estranhas, porque o mundo atual é multicêntrico e multicultural. Acresce que

a necessidade de desenvolver, aprender e praticar a arte de conviver com os estranhos e sua diferença em base *permanente e cotidiana* é inescapável também por outra razão: não importa o esforço que os governos façam para evitá-los, não é provável que os migrantes parem de bater às portas de um país, da mesma forma que é improvável que estas permaneçam fechadas (BAUMAN, 2013, p. 9).

Se os modos de ser e estar em sociedade não estão mais limitados à essência, as pessoas convivem com formas nômades de se apresentarem para si e para os outros. Quando um “estado de dominação”⁴ sofre desequilíbrios significativos, pode-se perceber que as formas de representação de si estão instáveis e constantemente em trânsito. Em termos reais, a identidade resulta de processos de ficção e projeção que são consumidos pelos sujeitos nas relações que fazem com o mundo externo. Em outra renomada obra, *Modernidade líquida*, Bauman (2001, p. 8) reflete sobre o conceito de sólido, líquido e fluído. Queremos situar em nossa discussão apenas os conceitos de sólido e fluído. No primeiro caso, o autor analisa que os sólidos “têm dimensões espaciais claras,

⁴ Na obra, *A ética e o cuidado de si como prática de liberdade*, Foucault (2004, p. 2) analisa um estado de dominação da seguinte maneira: “Quando um indivíduo ou um grupo social chega a bloquear um campo de relações de poder, a torná-las imóveis e fixas e a impedir qualquer reversibilidade do movimento – por instrumentos que tanto podem ser econômicos quanto políticos ou militares –, estamos diante do que se pode chamar de um estado de dominação”.



mas neutralizam o impacto e, portanto, diminuem a significação do tempo (resistem efetivamente ao seu fluxo ou o tornam irrelevante [...]). Já no segundo,

os fluidos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la; assim, para eles, o que conta é o tempo, mais do que o espaço que lhes toca ocupar; espaço que, afinal, preenchem apenas “por um momento” (BAUMAN, 2001, p. 8).

Utilizando os conceitos de sólido e fluído, o autor traz demarcadores do mundo atual que o ajudam a captar mais do que uma presumida essência da humanidade, os vacilos intermitentes no seu contexto. Os vacilos contribuiriam para que as identidades se esvaziassem de condições limitadas pelo mundo moderno e fizessem emergir condições de fluidez em um quinhão de possibilidades de ser e estar. A partir dessa afirmação, podemos entender o estar trans como emergente em uma sociedade em que as identidades normativas não estão mais resistindo ao tempo, mas estão dispostas a assumir qualquer expressão momentânea.

Há que se ressaltar que essa discussão é intensa e complexa. Ela transborda os limites que foram historicamente impostos às identidades masculinizadas e feminilizadas sobre/para/pelo sexo. Procurando situá-las na perspectiva do esvaziamento e fluidez das formas padrão, que foram consideradas como as únicas acessíveis para as identidades, a escola, enquanto espaço normativo, também precisa problematizar as regras e normas. Essas, por sua vez, precisam ser flexibilizadas para produzir pertencimento às/aos estudantes transgêneros/as.

Não mais vinculadas às velhas identidades do mundo moderno como marca-fim dos corpos e dos desejos sexuais, as pessoas transgêneras tornam as fronteiras, historicamente instituídas, completamente abaladas e “leves” (BAUMAN, 2001, p. 8). Ao que tudo indica, a leveza faz com que as identidades normativas percam o seu peso sobre explicações e formas fixas de estar masculino ou feminino como uma correspondência ao sexo biológico. Por esse fato, caímos na impossibilidade de se proceder com uma proposta de escola que acolha as transgeneridades, porque a

[...] heteronormatividade está na ordem das coisas e no cerne das concepções curriculares; e a escola se mostra como instituição fortemente empenhada na reafirmação e na garantia do êxito dos processos de heterossexualização compulsória e de incorporação das normas de gênero, colocando sob vigilância os corpos de todos(as) (JUNQUEIRA, 2013, p. 193).

Desse modo, o autor diz que a escola é um espaço em que regras pairam num universo de discursos que ressoam controle e vigilância dos corpos para evitar possíveis erros de fluxo. Suas ações caminham para fortalecer processos de normalização e abjeção dos corpos des/heterorregulados. Notoriamente, presenciamos mecanismos de invisibilização vigiados por meio de processos que



obrigam os sujeitos a se constituírem heterossexuais, permeados de práticas que “se fazem acompanhar pela rejeição da feminilidade e da homossexualidade, por meio de atitudes, discursos e comportamentos, não raro, abertamente homofóbicos” (JUNQUEIRA, 2013, p. 485). Em razão disso, há de convirmos que as estudantes transgêneras convivem com processos de sociabilidades completamente turbulentos na escola, porque expressam em seus corpos vestimentas e feminilidades.

3. O “entre-lugar” das trans seria na escola?

Em 1998, na obra *O local da cultura*, o professor indiano Homi Bhabha (1998) demonstrou preocupação sobre os efeitos do colonialismo na leitura do presente e para as novas formas de expressão do multiculturalismo. Indagava-se como uma ou mais pessoas interagiam culturalmente e construíam a ambivalência. Constatou que a ambivalência permitia uma divisão na identidade do/a colonizado/a, o que nos permite vê-lo/a como híbrido/a entre sua identidade cultural e a identidade cultural do/a colonizador/a. Valorizando a enunciação, por exemplo, o autor reconheceu que a cultura é um elemento em que a diferença ganha terreno, uma vez que ocorre a articulação entre um sistema tradicional de referência, que se acredita estável, com outro que se permite corroer por incertezas e que “há um retorno à encenação da identidade como iteração, a re-criação do eu no mundo da viagem, o re-estabelecimento da comunidade fronteiriça da migração” (BHABHA, 1998, p. 29).

Bhabha (1998) apresenta que o discurso colonial era ambíguo e maltratava tanto colonizadores/as como colonizados/as: por um lado, ele considerava a realidade do/a colonizado/a e do colonizador/a. Com fundamento nisso, entendemos a tradição heterossexual como marca-fim da sexualidade ocupando o lugar de colonizadora dos corpos e, por outro lado, outras formas de expressão da sexualidade como colonizadas. A articulação entre eles/as traziam ideias contraditórias, mantinham-se em uma relação que se via o consumo de artefatos culturais entre eles/as, mas conservavam as posições de colonizador/a e colonizado/a, garantindo as vias de controle. Não podemos falar num possível processo de descolonização apenas pelo fato da existência das estudantes transgêneros. Isso não promoveu desequilíbrios significativos que tenham tamanha amplitude para direitos e reconhecimento delas/es, porque, como o próprio Bhabha (1998) enfatiza, não se vive a plenitude da liberdade. Traduzindo para este estudo, o processo de transgeneridade não é aceito socialmente. Por outro lado, acreditava-se que o consumo poderia representar algo significativo para as travessias feitas. “O trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com o novo que não seja parte de um *continuum* de passado e presente. Ele cria a ideia do novo como ato insurgente de tradução cultural” (BHABHA, 1998, p. 27).



No que se referem às travessias entre identidades heteronormativas e transgêneras, acredita-se que a interação cultural entre elas têm produzido diferentes possibilidades, enquanto categoria transformativa de pessoas. Bhabha (1998) compreende que a cultura representa tudo aquilo que está em nós, o que nos leva a crer que não podemos ser pensados fora dela. Ele utiliza do exemplo do/a migrante para analisar que sua cultura pura choca-se com a cultura do país que o recebeu e, ao situar-se nessa diversidade, o conceito de “entre-lugar” ganha vida. Ele crê que a cultura é um terreno que produz novas existências por ser um lugar de instabilidades, de movimentos, de processos e, por assim dizer, de hibridismos.

Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado, reconfigurando-o como um “entre-lugar” contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O “passado-presente” torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver. (BHABHA, 1998, p. 27)

Nas escolas, a presença de adolescentes expressando diferentes modos de ser e estar das identidades de gênero consolida a direção do que Bhabha (1998) previa e vislumbrava. Ainda que o nosso país seja responsável pelos maiores índices de transfobia, a questão da diversidade de gênero sempre se pautou, ao longo das décadas, em diferentes bandeiras que lutavam/lutam contra o tratamento degradante e violento a que estão submetidas mulheres cis e mulheres transgêneras. Muitas delas avançaram e criaram novos modos de se relacionar com o mundo e com as pessoas, reivindicaram um universo de possibilidades e transformaram a vida social. É possível perceber que a transgressão que as trans fazem nas normas de gênero podem ser consideradas como um ato político que expressa diferentes subjetividades produzidas em diferentes espaços culturais.

As trans estão ocupando espaços, contestando, produzindo e interagindo com outras pessoas, e já não é mais possível eliminá-las dos diferentes espaços, em especial das escolas. Problematizando este último espaço, lá se produzem diferentes expressões de negociação entre os sujeitos: “uma temporalidade que torna possível conceber a articulação de elementos antagônicos ou contraditórios: uma dialética sem a emergência de uma História teleológica ou transcendente” (BHABHA, 1998, p. 51). As identidades de gênero também compõem esse processo. O masculino e o feminino estão refêns dos modos como a cultura “[...] constrói e distingue corpos e sujeitos [...]” (MEYER, 2007, p. 17) no pensar e no agir cotidiano por meio de um conjunto de condições científicas, políticas e de sociabilidades.

Novos sentidos são conferidos às relações entre identidades heteronormatizadas e transgêneras, uma contínua relação de disputa em que o primeiro, como dominante, adquire forças



sobre o conjunto das explicações e das verdades sobre o segundo. Esse ponto de entrecruzamento em que dois ou mais modos culturais se relacionam é definido por Bhabha (1998, p. 20) como o “entre-lugar” da cultura, que “[...] é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais”.

Nossa incursão envolve as relações de negociação ocorridas entre a cultura heteronormativa e a transgeneridade, encontrando o “entre-lugar” deste entrecruzamento. Desse modo, a entrada das trans nas escolas pode não representar uma aceitação política ou social, mas atende aos ditames legais de uma sociedade que presa pelo atendimento educacional independente das condições de manifestações particulares das expressões das crianças e adolescentes. Digamos, assim, que o atendimento educacional à diversidade sexual e de gênero pode estar silenciado nos discursos de professores/as, gestores/as e profissionais da educação, mas, pela via do direito público, as estudantes trans podem/devem estar na escola.

A entrada delas nas atividades da escola produz transformações em práticas docentes e escolares rotineiras. Vemos, assim, que a escola se choca com a sua proposta de práticas inovadoras, e que, sobretudo, as acolhe com o objetivo de assegurar percursos formativos mais consistentes e menos agenciados de transfobias. A crítica ao modo como a escola tem acolhido estudantes transgêneros/as representa um desafio na busca por protagonismos destituídos de sujeição, classificação e hierarquização, que tanto contribuem para negligenciar suas existências.

A escola ainda é um ambiente disciplinar e o gênero se apresenta como fator de reprodução das desigualdades culturalmente impostas, contidas em brincadeiras, corporalidades, sociabilidades que são cobradas diretamente das crianças e adolescentes. Efetivamente, observa-se uma plena aceitação, segundo Junqueira (2010, p. 3), da “pedagogia do insulto” no cotidiano de estudantes transgêneros/as, por meio de “piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações, expressões desqualificantes etc. se constituem poderosos mecanismos de objetivação, silenciamento, dominação simbólica, normalização, marginalização e exclusão”.

Mesmo que as fixações culturais dos/para/pelos gêneros represente um embate histórico das vias que intensificam o controle, não queremos nos ater apenas a essas condições e limitar um conjunto de im/possibilidades de esgotar o tema. Concordamos com Bhabha (1998, p. 20-21): “A articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é um negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos



de transformação histórica”. É nessa articulação que o autor nos convida a pensar sobre a não-fixação de aspectos culturais. Aliado a isso, as transgeneridades situam-se no que o autor denomina de “a periferia do poder” (BHABHA, 1998, p. 21). Nesse processo de negociação, a heteronormatividade pode se desvencilhar de seu estatuto de norma e garantir a reinvenção da história através de um reconhecimento parcial da transgeneridade com o viés da diferença para a produção da articulação entre norma e diferença.

Com essa incursão articuladora entre cultura norma e cultura diferente, Bhabha (1998) afirma que as identidades não se constroem mais em referência aos demarcadores tradicionalmente incutidos em sociedade, mas emergem de fronteiras que já não podem mais ser contidas ou ignoradas pelas frentes de poder. A fronteira em que as pessoas se encontram é compreendida pelo autor como “[...] o lugar a partir do qual algo começa a se fazer presente em um movimento não dissimilar ao da articulação ambulante, ambivalente [...]” (BHABHA, 1998, p. 24). Ele reconhece esse lugar como o “além”, o caracteriza como um espaço intermediário e revisionário, que possibilita reescrever nossa contemporaneidade cultural e histórica. Adere ao além da fronteira a previsão de um futuro, mesmo vivendo no presente, o que nos leva a compreender as transgeneridades incluídas num processo de sociedade em que se ampliam condições de atendimento e direitos sociais.

A presença de pessoas trans, por exemplo, contesta diferentes formas de se promover um atendimento mais qualificado às diversas demandas que elas apresentam: educação, esporte e lazer, poder judiciário e etc. Nessas condições que colocamos o conceito de “entre-lugar” na articulação com os diversos modos com os quais as pessoas trans se posicionam no encontro com formas normativas que redimensionam as relações de poder em nossa sociedade.

O modo como elas produzem seus corpos e suas atitudes as torna produtoras de uma feminilidade peculiar. Elas ultrapassam padrões de referência do expressar-se como uma feminina cisgênera⁵ para demonstrar subjetividades produzidas num contexto de conflitos e contestações frente às normas sociais. As dificuldades que elas apresentam para permanecer nas escolas representam sua resistência às fronteiras do poder que tenta colocá-las às margens. O poder, nesse

⁵ No seu trabalho, *O Cisgênero existe?*, Dumaresq (2014) aponta uma discussão semântica e política sobre o uso do termo cisgênero, inclusive no Brasil. Ao que tudo indica, o conceito aparece para designar pessoas não trans e, que sobretudo, se identificam com o seu gênero de nascença. Essa forma de denominar *cis* uma pessoa em que o sexo, o gênero e a sexualidade estão alinhados pelo culturalmente imposto pode ser visto também, segundo a autora, como uma maneira política de providenciar um tratamento assim como o conceito designado *trans*.



contexto, pode se tornar repressivo se visto apenas em si e desconsiderar as diferentes corporalidades que as transgeneridades produzem e que são valoradas no universo de sexualidades e gêneros dissidentes. Na contramão disso, observa-se que, no interior de diferentes produções culturais acerca das sexualidades e dos gêneros, as transgeneridades causam uma multiplicidade de formas de ser e estar que não conseguem encontrar demarcadores sociais comuns. Elas tornam esses marcadores incomuns, na medida em que des/colonializam o universo de explicações sobre marcadores de gênero. Ocorre, assim, o que o autor caracteriza como a emergência de novas subjetividades que produzem estratégias de resistências: “Tal perspectiva permite a autenticação de histórias de exploração e o desenvolvimento de estratégias de resistência” (BHABHA, 1998, p. 23).

O essencialismo tradicionalmente instituído para explicar a encenação única do corpo é substituído pelo local da cultura, ou poderíamos considerar os “locais de culturas”, cujos processos em andamento indicam uma ruptura em processos performativos de identidades culturais. Ao designar os “locais de culturas” no plural, entendemos os vários “entre-lugares” em que a heterossexualidade como princípio de norma produz cisão com as transgeneridades.

4. (Des)colonizando uma conclusão...

Ao articular os contextos das identidades culturais, um mais marcado por privilégios e o outro por fortes encadeamentos de desproteção e tratamento assimétrico, nos aproximamos dos “entre-lugares” das culturas existentes sobre gêneros e sexualidades. Parte significativa disso toma forma quando oportuniza problematizar a reinscrição do imaginário social que tanto colonializa uma em detrimento da outra.

Em busca de explicações sobre o “entre-lugar”, buscamos, nas construções teóricas de Berenice Bento (2011), o ponto de encontro de transexuais com as escolas ou poderíamos dizer, o ponto de encontro com as normas. A autora apresentou um conjunto de reflexões que garantiram problematizar como as instituições sociais, no caso a escola, lidam com as demandas de estudantes transgêneros/as. Afirmar que os corpos vivem trânsitos por aquilo que eles consideram como parte de seus sistemas de autoidentificação e que nem sempre estão alinhados a padrões culturais sobre os corpos sexuados e generificados. Confere ao que denomina “fuga do cárcere” uma série de conflitos que demarcam que “as experiências de trânsito entre os gêneros demonstram que não somos predestinados a cumprir os desejos de nossas estruturas corpóreas. O sistema não consegue a unidade desejada” (BENTO, 2011, p. 551).



Vale considerar, nesse sentido, que as pessoas transgêneras oferecem um fértil terreno para produção de práticas sociais diversas. Elas não se restringem ao conjunto de sentidos construídos dentro do grupo de trans, mas se dispersam em práticas sociais, políticas, culturais, linguísticas e outras, porque não aceitam de modo intermitente as condições precárias que lhes são dirigidas. Não há uma submissão aos aspectos que norteiam a cultura heteronormativa, por sua vez sexista e misógina. Elas contestam um lugar deslocado das margens para o centro de um conjunto de possibilidades.

Tomando por referência o que analisam estudiosos/as da identidade, a exemplo Bauman (2005), Hall (2000) e Tomaz da Silva (2001), não é possível tornar os modos de se identificar completos em si mesmos. As identidades se constroem a partir de um processo ininterrupto e contínuo, principalmente porque ele é permeado de imprecisões e incertezas sociais atravessadas por outros demarcadores. Esses autores apontam, com recursos analíticos de Michel Foucault e de outros conceituados estudiosos/as, inúmeras im/possibilidades do contínuo processo de tornar-se uma identidade nômade dotada de leveza que impede identificar-se plenamente dentro de uma única forma de ser e estar.

Para tanto, estratégias de contenção da vazão dos corpos trans das escolas representam o tratamento dado aos “entre-lugares” que as trans ocupam na sociedade e que refletem neste espaço. Não acreditamos que na passagem que elas fazem pela escola não ocorra qualquer marca que permaneça nos/nas profissionais que lá atuam. Mais do que sentimento de pena pelas constantes cenas de transfobias, é preciso compreendê-las como parte de uma sociedade em que os direitos humanos, dentre eles o reconhecimento da diversidade sexual e de gênero, fazem parte do atendimento humanizado pertinente às políticas sociais. Como observa Bhabha (1998, p. 30), os espaços do indizível transitam entre o público e o privado e nos oferecem o deslocamento de uma visão homogeneizadora para uma dividida e desnorteada: “Embora o ‘estranho’ seja uma condição colonial e pós-colonial paradigmática, tem uma ressonância que pode ser ouvida distintamente – ainda que de forma errática – em ficções que negociam os poderes da diferença cultural em uma gama de lugares trans-históricos”.

Com os recursos de que nos dispusemos acerca de Bhabha (1998), podemos afirmar que os/as estudantes transgêneros/as passam pela escola em busca, também, de reconhecimento. Reconhecimento de uma cultura identitária que produz e expressa características particulares forjadas em meio a fugas constantes das identidades mais normatizadas. A experiência trans na escola perde espaço para a heteronorma das práticas escolares. Essa perda se apresenta como estar



na fronteira dos “entre-lugares” que dissipam suas existências. Para Bento (2011), por exemplo, na família e na escola se convive com práticas cotidianas de reiteração das normas de gênero e sexualidade. A mesma autora considera tais práticas como pertencentes ao que denominou de ‘heteroterrorismo’, uma prática em que cada enunciado “incentiva ou inibe comportamentos, a cada insulto ou piada homofóbica” (BENTO, 2011, p. 552).

Ao que tudo indica, quando um/a adulto/a enuncia uma piada como: “isso é coisa de bicha!”, ele/a mobiliza uma série de efeitos práticos de invisibilização cuja tendência imediata é a de eliminar, matar ou rejeitar uma possibilidade de re/surgir uma identidade renovada (BENTO, 2011). Por meio dessa prática veicula-se uma cultura heterossexista e heteronormativa, o que leva a transgeneridade ser “entendida, portanto, como a materialização do impossível, o inominável, aquilo que transcende a capacidade de compreensão” (BENTO, 2011, p. 552).

Assim sendo, a articulação entre cultura heteronormativa e transgênera convive com processos de negociação. A primeira perfaz trânsitos em que as tradições persistem com seus conteúdos culturais que explicam sexo, gênero e sexualidade como produtos de uma determinação social de corpos sexuados. A escola, enquanto uma instituição do social, pressupõe que a transgeneridade passa “a interiorizar essas verdades como se fossem uma pele, algo que está conosco desde sempre, o que nos faz esquecer os inúmeros, cotidianos, reiterados “ensinamentos”: a sexualidade normal e natural é a heterossexualidade” (BENTO, 2011, p. 552).

Berenice Bento (2011, p. 558) também nos possibilita transitar pelo território do “entre-lugar” quando enuncia que a escola é um espaço extremamente aversivo para estudantes transgêneros/as.

A natureza da violência que leva uma criança a deixar de frequentar a escola porque tem que trabalhar para ajudar a família não é da mesma ordem daquela que não consegue se concentrar nos conteúdos transmitidos porque é “diferente”. Daí a importância de pesquisas (com recortes de gênero e sexualidade) que demonstrem os encaixes dos indicadores de “sucesso” e “fracasso”, deslocando o olhar dos conteúdos visíveis para os invisíveis (BENTO, 2011, p. 558).

Na busca do “entre-lugar”, enfatizamos, a partir de Berenice Bento (2011), que o atendimento educacional brasileiro à diversidade sexual e de gênero aponta a desarmonia entre direitos sociais e uma sociedade conservadora. A reflexão sobre o lugar atual das trans nas escolas brasileiras nos leva a buscar outro lugar que redefina o formato do atendimento educacional, pensando no desmantelamento de discursos e atitudes desqualificadas em relação a elas. Colocamo-nos frente à necessidade de revisão do espaço das trans nas escolas brasileiras com o objetivo de produzir outro lugar. Pensamos em reverberar outro lugar para que a escola acolha com mais atenção diferentes modos de ser e estar



na sociedade, no caso em que as trans se re/apresentam para a sociedade.

Ao problematizarmos a necessidade de repensar a educação das trans a partir da produção de outro lugar, não queremos trazer o que já foi pensado sobre assunto nem tampouco dizer sobre crenças antigas. Nosso objetivo é dar condições para pensar numa proposta de acolhimento para pessoas como nunca foi pensado antes, entendendo-as como parte de um construto cultural que depende também da heterossexualidade para existir e faz parte dela. Precisamos ter o passado – experiências de transfobia escolar – como referência para mudarmos a rota do que pretendemos produzir de novidade na vida de estudantes trans nas escolas.

Referências

- BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. *Sobre educação e juventude: conversas com Riccardo Mazzeo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BENTO, Berenice. A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade. In: *Revista Bagoas*, n. 4, 2009. p. 95-112. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v03n04art05_bento.pdf>. Acessado em: 27 de Fev. 2017.
- _____. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(2): 336, maio-agosto/2011.
- _____. *Brasil: país do transfeminicídio*. Disponível em: <http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf>. Acessado em: 29 Mar 2017.
- DUMARESQ, L. O cisgênero existe. *Transliteração*, 2014. Disponível em: <<<http://transliteracao.com.br/leiladumaresq/2014/12/o-cisgenero-existe/>>>. Acessado em: 12 Jan. 2017.
- FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça. Travestis, transexuais e transgêneros na escola: um estado da arte. In: *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, v. 23, n. 2, mai./ago 2016. Disponível em: <<<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/5349/3272>>>. Acessado em: 24 de Fev. 2017.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomas Tadeu (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Aqui não temos gays nem lésbicas”: estratégias discursivas de agentes públicos ante medidas de promoção do reconhecimento da diversidade sexual nas escolas. In: *Revista Bagoas*, n. 4, 2009. Disponível em: <<<https://social.stoa.usp.br/articles/0037/2962/Aquinaotemosgaysnemlesbicasestrategias.pdf>>>. Acessado em: 12 de Dez. 2016.
- _____. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. *Espaço do currículo*, v.2, n.2, pp.208-230, Setembro de 2009 a Março de 2010.
- _____. “Temos um problema na escola: um garoto afeminado demais” Vigilância de gênero, heteronormatividade e heterossexismo no cotidiano escolar: notas sobre a



pedagogia do armário. In: MAIO, Eliane Rose; CORREA, Crishna Mirella Andrade. *Gênero, direitos e diversidade sexual: trajetórias escolares*. Maringá: EDUEM, 2013. p. 191-210.

MELLO, L. AVELAR, R. B. de; MAROJA, D. Por onde andam as políticas para a população LGBT no Brasil? *Revista Sociedade e Estado* – V. 27, N. 2 – Maio/Agosto 2012. Disponível em: <<<http://www.scielo.br/pdf/se/v27n2/a05v27n2.pdf>>>. Acessado em: 12 de Fev. 2017.

MEYER, Dagmar. Gênero e educação: teoria e política. LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana V. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

PENNA, F. Sobre o ódio ao professor: entrevista com Fernando Penna. *Revista Movimento*, ano 2, n. 3. 2015. Disponível em: <<<http://www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/view/275/236>>>. Acessado em 12 de junho de 2016.

REIDEL, Marina. Ser trans e as interlocuções com a educação. In: NARDI, Henrique Caetano; SILVEIRA, Raquel da Silva; MACHADO, Paula Sandrine. *Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas*. Porto Alegre: Sulina, 2013. p. 62-72.

